

INSTRUÇÕES

1. Não abra este caderno antes de autorizado pelo fiscal de prova.
2. Depois de autorizado pelo fiscal, O candidato deve ler as instruções e verificar se faltam folhas neste caderno, se a sequência de 40 (QUARENTA) questões está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Comunique imediatamente ao fiscal de prova qualquer irregularidade.
3. A prova é composta de 40 (QUARENTA) questões objetivas.
4. Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas cada uma, sempre na sequência A, B, C, D e E, das quais somente uma deve ser assinalada.
5. A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais de provas. Utilize os espaços e/ou páginas em branco para rascunho. Não destaque folhas deste caderno.
6. Ao receber a folha de respostas (gabarito), examine-o e verifique se o seu nome está impresso nele. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao fiscal de prova.
7. Transcreva as respostas para a folha de respostas (gabarito) com caneta esferográfica transparente de tinta preta ou azul. A folha de respostas (gabarito) será o único documento válido para efeito de correção. Em hipótese alguma ocorrerá a substituição da folha de respostas (gabarito) por erro de preenchimento ou qualquer dano causado pelo candidato.
8. Não serão permitidos empréstimos, consultas e comunicação entre candidato, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos, eletrônicos ou não, inclusive relógio. O não cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
9. O saco plástico com os objetos, deverá ser colocado sob a carteira ou mesmo no assoalho da sala e não pode ser aberto sob pena de eliminação.
10. O tempo de resolução das questões, incluindo o tempo para preenchimento da folha de respostas, é de **4 (quatro) horas** a partir do início da prova.
11. Ao terminar a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao fiscal de prova. Aguarde a autorização para entregar a folha de respostas (gabarito).
12. Os candidatos dos níveis Médio, podem se retirar do local de provas somente após 60 minutos do início da sua prova, porém não poderá levar consigo o caderno de provas. O candidato que sair antes será registrado em ata e será eliminado do concurso. Somente após **duas horas** do início da prova o candidato poderá sair levando consigo o caderno de provas.
13. **Os TRÊS últimos** candidatos de cada sala ficarão retido para assinar, juntamente com os fiscais daquela sala, a ata e o lacre do envelope dos gabaritos.
14. Não esquecer de levar seus pertences pessoais.

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto-base para as questões 01 a 05:

[...] O que pode influenciar essa percepção sobre qual gênero utilizar em cada situação concreta? Para tratar disso, vamos pensar um pouco nos textos produzidos por advogados, já que esse é o interesse principal do nosso leitor. Algumas questões que devem ser consideradas são:

- a) a finalidade daquele que escreve – um advogado, quando redige uma petição inicial, necessita expor (de forma tendenciosa) para o juiz as razões de fato e de direito que o motivam a acreditar que um direito objetivo de seu cliente foi violado e, por isso, deve ser ressarcido. [...];
- b) o tipo de publicação em que se expõe o texto – sabe-se que o texto jurídico costuma apresentar uma redação bastante peculiar. A identificação desse gênero textual não é muito difícil, mesmo para quem não é profissional da área. Não podemos desconsiderar, porém, a influência do veículo em que se vai expor/publicar esse conteúdo. [...];
- c) o público-alvo do texto – é comum os advogados comentarem que convencer juízes não é a mesma coisa que convencer jurados do Tribunal do Júri. [...];
- d) o lugar em que o texto é veiculado – determinadas comarcas do interior recebem peças processuais cuja fundamentação seria inviável em grandes centros urbanos. Dependendo do lugar em que o texto é veiculado, sua aceitação pode ser maior ou menor. Isso implica dizer que, ainda que a lei penal, por exemplo, seja a mesma em todo o território nacional, sua compreensão pode estar condicionada a questões de ordem regional. [...];
- e) o momento em que o texto é veiculado – assim como o lugar condiciona os valores predominantes em um texto, o momento de sua produção e de sua leitura pode também influenciar a compreensão dele. Para exemplificar, podemos fazer referência à tese de legítima defesa da honra, costumeiramente defendida pelos advogados de maridos que, uma vez traídos, sentiam-se no direito de “lavar a sua honra com o sangue da mulher que praticou adultério”, como se sobre elas tivessem o direito de vida e morte. Hoje, essa tese certamente não tem mais acolhida no Judiciário, mas já teve grande aceitação. [...].

Fonte: VALVERDE, Alda da Graça Marques; TAVARES JUNIOR, Nelson Carlos; FETZNER, Néli Luiza Cavalieri. *Linguagem e argumentação jurídica*. Coord. Néli Luiza Cavalieri Fetzner. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. p. 73.

01. Considerando o conteúdo do texto, assinale a alternativa integralmente CORRETA.	
A.	Segundo os autores, levando em conta os fatores pragmáticos envolvidos na interação, tem-se a possibilidade de apresentar um texto claro, coerente e objetivo.
B.	O objetivo central do texto-base é orientar a produção de gêneros relacionados à Redação Oficial (como editais, memorandos e comunicações internas) na esfera jurídica.
C.	Apenas o item b) versa sobre fator que deve ser considerado na escolha do gênero adequado para cada situação interlocutiva.
D.	São exemplos de gêneros textuais da esfera jurídica citados no texto: petição, lei penal, tese, texto jurídico e Tribunal de Júri.
E.	Fatores pragmáticos podem interferir tanto na forma de apresentação do texto escrito quanto em seu conteúdo, estando esses dois aspectos relacionados ao gênero escolhido para mediar a interação.

02. A seguir, apresentem-se encadeamentos dados pelos autores em relação aos itens a) a e), os quais foram suprimidos no texto apresentado. Assinale a alternativa que apresenta adequadamente o item do texto a que se refere o conteúdo apresentado, considerando a sua coerência em termos de manutenção temática.	
A.	ITEM A: No mesmo sentido, o crime de feminicídio (incluído no § 2º-A do art. 121 do Código Penal em 2015), hoje positivado como conduta típica em virtude dos novos valores que norteiam a compreensão do tema, foi muito influenciado pela conscientização que a Lei Maria da Penha promoveu na última década, desde quando entrou em vigor, em 2006.
B.	ITEM B: Se o mesmo advogado estiver atuando nesse processo, agora em grau de recurso, deverá também expor as razões de fato e de direito que sustentam o recurso, mas o seu objetivo, a sua intenção, já não é mais a mesma: se antes pretendia mostrar a procedência de seu pedido, agora que este último já foi julgado e rejeitado, sua finalidade é mostrar (ainda de forma tendenciosa) que a decisão prolatada pelo juízo a quo não foi acertada.
C.	ITEM C: Ao tratar do método de fixação do quantum indenizatório, por exemplo, orientado pelo princípio da razoabilidade, um advogado pode dizer a mesma coisa com textos bastante diferentes. É preciso apenas pensar que ele pode falar dessa questão tanto em uma petição inicial quanto em um artigo publicado em revista jurídica. Certamente a sua abordagem será diferente, mesmo sendo idênticos o tema e a tese defendidos.
D.	ITEM D: Pense, para ilustrar essa questão, no tratamento que pessoas mais humildes dão a seus filhos. Determinadas obrigações assumidas por toda criança do campo poderiam (e o são comumente) ser compreendidas na capital do Rio de Janeiro como exploração do trabalho infantil – e lá não são assim vistas.
E.	ITEM E: A condição social, a formação técnica específica e os valores não são os mesmos para os dois grupos. Vários fatores influenciam a conduta do advogado que atua em uma Vara Criminal ou no Tribunal do Júri. Quem desconsidera isso terá reduzidas suas chances de sucesso. A condição social, a formação técnica específica e os valores não são os mesmos para os dois grupos.

03. Assinale a alternativa que apresenta uma análise integralmente CORRETA em relação aos elementos conectivos empregados no texto-base.	
A.	No 1º período de e), os pronomes “sua” e “ele” retomam a expressão “um texto”, do mesmo item.
B.	No item e), a preposição “como”, nas duas ocorrências, introduz uma exemplificação.
C.	Em b), a conjunção “porém” introduz conteúdo que contradiz o conteúdo posto no período anterior.
D.	Tanto no parágrafo introdutório quanto no item a) a preposição “para” introduz uma finalidade.
E.	Em d), “ainda” tem valor aditivo, pois soma argumento na mesma linha argumentativa estabelecida na oração principal do período.

04. Assinale a alternativa que apresenta uma análise integralmente CORRETA.	
A.	No item d), “condicionada” está no singular feminino para concordar com o substantivo “lei”.
B.	O verbo “redigir” (item a) tem sujeito passivo e pede complemento verbal: uma petição inicial.
C.	O verbo “receber” (item d) está conjugado no plural para concordar com o substantivo “peças”.
D.	Na expressão “o momento em que o texto é veiculado” (item e), “o texto” é um sujeito passivo.
E.	Em “é comum” (item c), o verbo está conjugado no singular para concordar com o adjetivo “comum”.

05. Assinale a alternativa que apresenta uma análise parcial ou integralmente INCORRETA.	
A.	No item e), o acento indicativo de crase é assim justificado: o substantivo “referência” pede complemento iniciado pela preposição a, e o substantivo ‘tese’ aceita o artigo definido feminino.
B.	As duas primeiras vírgulas do item a) são assim justificadas: isolam uma oração adverbial intercalada na principal.
C.	Os termos “jurídico” e “veículo” são acentuados por serem palavras proparoxítonas, enquanto “difícil” e “juízes” recebem acento por serem paroxítonas terminadas por ‘l’ e ‘es’, respectivamente.
D.	No item c), são substantivos os termos “público-alvo”, “texto”, “advogados”, “juízes”, “coisa”, “jurados”, “Tribunal” e “Júri”.
E.	No item d), a oração adverbial – cujo verbo está conjugado no subjuntivo – está intercalada em outra oração, o que explica as vírgulas usadas após a conjunção integrante “que” e o adjetivo “nacional”.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

06. Resolva o sistema de equações:	
	$x^2 = 2y$ $\frac{y}{2} = 16$
Qual o valor de x?	
A.	5
B.	6
C.	8
D.	9
E.	32

07. Qual o valor de x?	
	$x = \sqrt{3^2 + 2 * 80}$
A.	9
B.	13
C.	17
D.	19
E.	23

08. Qual é o 15º termo da progressão geométrica a seguir: 8, 16, 24, 32...	
A.	108
B.	112
C.	116
D.	120
E.	128

09. Quanto é 2,5% de 8?	
A.	0,20
B.	0,02
C.	0,25
D.	0,16
E.	0,04

10. Uma empresa treina todos seus funcionários para trabalharem na mesma velocidade na produção de determinado produto. Nessa empresa, com 7 funcionários, trabalhando 8h/dia, são produzidas 14 unidades/dia. Se contratar o 8º funcionário e todos trabalharem 9h/dia, quantas unidades serão produzidas por dia?	
A.	14
B.	15
C.	16
D.	17
E.	18

INFORMÁTICA

11. Utilizando os conhecimentos sobre Excel, responda: Considerando que a célula atualmente selecionada de uma tabela é a primeira de uma das colunas, qual conjunto de teclas corresponde ao atalho para selecionar todas as células da respectiva coluna?	
A.	CTRL + T
B.	CTRL + Seta para baixo
C.	CTRL + End
D.	CTRL + SHIFT + Seta para baixo
E.	CTRL + SHIFT + Seta para cima

12. Qual funcionalidade do Excel é utilizada para a criação de planilhas controladas onde apenas os itens preestabelecidos pelo usuário podem ser adicionados às células?	
A.	Formatação condicional
B.	Validação de dados
C.	Congelar painéis
D.	Verificação de erros
E.	Filtros

13. Você foi ao posto abastecer seu veículo com 15 litros de gasolina, considerando que o preço do litro da gasolina é R\$4,79, qual a fórmula correta para calcular o valor total?	
A.	$= 4,79 \wedge 15$
B.	$= 4,79 + 15$
C.	$= 4,79 * 15$
D.	$= 4,79 - 15$
E.	$= 4,79 / 15$

14. Um funcionário usando um PC em funcionamento com o Windows 10, nas configurações básicas, acessou a pasta que desejava por meio do Windows Explorer, selecionou um arquivo com um clique e pressionou a tecla F2. Assinale a alternativa correta que indica a funcionalidade deste procedimento.

A.	O procedimento é utilizado para enviar o arquivo selecionado para a lixeira do computador.
B.	O procedimento é utilizado para copiar o arquivo selecionado para a área de trabalho do computador.
C.	O procedimento é utilizado para abrir o arquivo selecionado.
D.	O procedimento é utilizado para recortar o arquivo selecionado.
E.	O procedimento é utilizado para renomear o arquivo selecionado.

15. Utilizando o processador de texto Microsoft Word, qual funcionalidade permite escrever na página seguinte sem que a página atual esteja totalmente preenchida?

A.	Quebra de layout.
B.	Quebra de parágrafo.
C.	Quebra de seção contínua
D.	Quebra de página.
E.	Quebra de linha.

CONHECIMENTOS GERAIS, LEGISLAÇÃO

16. Das alternativas abaixo quais são exemplos de Políticas Públicas Redistributivas?

A.	A doação de cestas básicas para a população carente; Limitação de importação de produtos da linha branca para fortalecer a indústria nacional.
B.	A doação de cadeiras de rodas para deficientes físicos; Oferta serviço para pavimentação de ruas.
C.	Limitação das vendas de determinados produtos; Redução da alíquota de importação vinho.
D.	Isenção do IPTU para determinados cidadãos em detrimento ao aumento desse imposto para pessoas com maior poder aquisitivo; Programas habitacionais para população de baixa renda.
E.	Nenhuma das alternativas acima.

17. Segundo a Lei nº. 777 que “Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Guaratuba” em seu art. 12 estabelece que além da habilitação em concurso público e da aptidão física e mental, são requisitos básicos para o ingresso no serviço público municipal, devendo ser comprovados pelo interessado:

I. a nacionalidade brasileira;

II. o gozo dos direitos políticos;

III. haver cumprido as obrigações e os encargos militares previstos em lei;

IV. o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

V. a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;

VI. possuir habilitação legal para exercício do cargo.

VII. a idade máxima de 65 anos.

VIII. ser eleitor no município de Guaratuba.

São verdadeiros os itens.

A.	Somente os itens I, II, IV e VI.
B.	Os itens I, II, III, IV, V e VI.
C.	Os itens I, II, III, VI e VII.
D.	Os itens I, III, IV, VII e VIII.
E.	Todos os itens são verdadeiros.

18. A Mata Atlântica é considerada um dos mais ricos biomas do planeta, ou seja, com maior biodiversidade, é a segunda maior floresta em extensão do Brasil, constituída de planaltos e serras. Sua área abrange a costa leste, sudeste e sul do Brasil e, além disso, uma parte do Paraguai e da Argentina. Dentre os estados brasileiros a Mata Atlântica está presente em quantos estados?

A.	10
B.	13
C.	15
D.	17
E.	19

19. Segundo a Lei nº. 777 que “Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Guaratuba” em seu art. 27 estabelece que estágio probatório é o período de dois anos de efetivo exercício, a contar da data do início deste, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do servidor no cargo efetivo para o qual foi nomeado.

§ 1º - Os requisitos de que trata este artigo são os seguintes:

I. idoneidade moral;

II. assiduidade;

III. disciplina;

IV. eficiência.

Em seu § 3º estabelece que?

A.	Quando o servidor em estágio probatório não preencher dois dos requisitos enumerados no parágrafo 1º deste artigo, caberá ao seu chefe imediato, sob pena de responsabilidade, iniciar o processo competente, dando ciência do fato ao interessado.
B.	Quando o servidor em estágio probatório não preencher três dos requisitos enumerados no parágrafo 1º deste artigo, caberá ao seu chefe imediato, sob pena de responsabilidade, iniciar o processo competente, dando ciência do fato ao interessado.
C.	Quando o servidor em estágio probatório não preencher qualquer dos requisitos enumerados no parágrafo 1º deste artigo, caberá ao seu chefe imediato, sob pena de responsabilidade, iniciar o processo competente, dando ciência do fato ao interessado.
D.	Quando o servidor em estágio probatório não preencher qualquer dos requisitos enumerados no parágrafo 1º deste artigo, caberá ao seu chefe imediato, sob pena de responsabilidade, iniciar o novo processo de avaliação, dando ciência do fato ao interessado.
E.	Nenhuma das alternativas acima é verdadeira.

20. A expressão “economia verde” veio em substituição ao conceito de “ecodesenvolvimento”. Desta forma, Economia Verde é caracterizada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma ou UNEP, em inglês) como?

A.	Mecanismo pelo qual a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável podem ser alcançados somente eliminando os mecanismos de mercado.
B.	Mecanismo pelo qual a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável podem ser alcançados somente se o Estado for o gerenciador de todo o mecanismo do processo.
C.	Mecanismo pelo qual a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável podem ser alcançados por mecanismos de mercado.
D.	Mecanismo pelo qual a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável nunca serão alcançados por meio dos mecanismos de mercado.
E.	Nenhuma das alternativas acima.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO PÚBLICO

21. Pescadores do Município X organizaram uma associação civil sem fins lucrativos com o intuito de fomentar e incrementar a atividade econômica, bem como para representar os associados em demandas judiciais ou administrativas. O pescador A passou a receber mensalmente boleto bancário cobrando uma taxa associativa, mesmo nunca tendo ingressado, ou pedido para ingressar, na associação. O pescador A verifica que a associação foi constituída regularmente, mas não obteve autorização de funcionamento por parte do Município X. Pretende o pescador A promover medida judicial que seja interrompida a cobrança que mensalmente lhe é dirigida, bem como para suspender as atividades da associação. Ante a situação, assinale a alternativa correta.

A.	Deverá buscar judicialmente a interrupção da cobrança, pois ninguém é obrigado a associar-se ou manter-se associado, sendo que a falta de autorização por parte do Município X não configura motivo idôneo para suspender as atividades da associação.
B.	As associações de classe gozam de proteção constitucional, e por isto podem ser instituídas independentemente de autorização municipal e as atividades só podem ser suspensas por decisão judicial transitada em julgado.
C.	A CF/1988 assegura liberdade de associação, desde que para fins lícitos, razão pela qual o pescador A não pode recusar-se a pagar os valores que lhe são cobrados, pois desempenha atividade de pesca, lhe sendo, assim, compulsória a associação.
D.	O direito de associar-se, de manter-se associado ou de deixar de ser associado, por ser garantia constitucional, não admite controle por parte do Poder Judiciário.
E.	Nenhuma das alternativas acima está correta.

22. Em relação ao regime constitucional de acesso a cargos públicos, assinale a alternativa correta.

A.	A teoria do fato consumado, é aplicável ao candidato não aprovado, mas que tomou posse em decorrência de decisão judicial proferida em sede de tutela provisória, desde que a posse tenha ocorrido há mais de dez anos.
B.	O edital de concurso público não pode estabelecer restrições a pessoas com tatuagens, independentemente da natureza do conteúdo veiculado, dado o direito constitucional da liberdade de expressão.
C.	A nomeação tardia de candidato aprovado em concurso público, decorrente de decisão judicial à qual é atribuída eficácia retroativa, não gera direito às promoções ou às progressões funcionais que ocorreriam, caso a nomeação ocorresse no tempo e modo corretos.
D.	O servidor pode ser aproveitado em cargo que exige nível superior, caso seja aprovado em concurso público que exige nível médio, desde que complete a formação superior antes do final do estágio probatório.
E.	Nenhuma das alternativas acima está correta.

23. Sobre os contratos administrativos, assinale a alternativa correta.	
A.	Sempre devem ter forma escrita, sendo nulo e sem efeito qualquer contrato verbal firmado com a Administração Pública.
B.	Contratos administrativos de prestação de serviços comuns exigem que o contratado tenha a adequada especialização, comprovável pela apresentação de diploma de curso superior.
C.	A declaração de nulidade do contrato administrativo não opera efeito retroativos.
D.	Pelo princípio da continuidade, o serviço público não pode ser interrompido com a extinção do contrato de concessão, razão pela qual existe a previsão de cláusula de ocupação provisória por parte da Administração Pública (concedente) dos bens pertencentes ao concessionário que forem indispensáveis à garantia da não interrupção da prestação do serviço.
E.	Nenhuma das alternativas acima está correta.

24. O munícipe A é proprietário de imóvel que teve a fachada tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O local em que o imóvel está edificado foi assolado por fortes chuvas que causaram inundação e, por este motivo, a estrutura da edificação foi comprometida, havendo risco de desabamento. O munícipe A notificou a Administração Pública e comprovou não ter condições para arcar com os custos da recuperação do imóvel. Tendo a comunicação sido regularmente recebida pelo órgão competente e sendo atestada a necessidade de realização das obras emergenciais, assinale a alternativa correta.	
A.	É permitida a demolição do imóvel pelo proprietário.
B.	O órgão competente mandará executar a reparação da fachada tombada, às expensas da União.
C.	A recuperação da fachada do imóvel é responsabilidade do proprietário, servindo a comunicação apenas para evitar que seja aplicada multa pela Administração Pública.
D.	Para realizar os reparos, aos quais está obrigado e deve custear, o proprietário não precisa de autorização especial da Administração Pública.
E.	Nenhuma das alternativas acima está correta.

25. A Lei Y do Município X estabelece que, em certo bairro, de área residencial, é vedada a instalação de mais de um centro empresarial de grandes proporções, ou seja, com área superior a 10.000 m ² e que reúna, em suas dependências, mais de 20 lojas distintas. No bairro de área residencial W existe um estabelecimento com tais características. Uma incorporadora pretende edificar e operar centro empresarial de grandes proporções, também no bairro W, com as mesmas características daquele já existente. Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.	
A.	Só a União tem competência para organizar o uso e a ocupação do solo, de modo que a Lei Y é inconstitucional.
B.	A CF/1988 atribuiu aos municípios competência para regular o zoneamento urbano; todavia, a Lei Y, ao impedir a instalação estabelecimentos comerciais de mesmo ramo em determinada área, viola o princípio da livre concorrência.
C.	A CF/1988 atribuiu a estados membros e ao Distrito Federal regular, no que couber, o ordenamento territorial, através de planejamento e controle de uso, parcelamento e ocupação do solo, não cabendo ao Município X legislar sobre a matéria.
D.	Compete à União dispor sobre zoneamento de solo urbano e legislar sobre direito civil e empresarial, razão pela qual estados membros, Distrito Federal e municípios só poderiam ser autorizados a legislar sobre a matéria através de lei complementar.
E.	Nenhuma das alternativas acima está correta.

26. O munícipe A, maior e capaz, reside no Município X. É pai de um filho, B, que conta 8 anos de idade e é portador de necessidade especial. Por não dispor de recursos para matricular o filho em rede particular, o munícipe A apresenta requerimento à Secretaria de Educação do Município X, com o intuito de matricular o filho na rede pública de ensino. O requerimento é encaminhado para a Assessoria Jurídica do Município X, para confecção de parecer sobre o caso. Ante a situação, assinale a alternativa correta.	
A.	O requerimento deve ser indeferido, vez que incumbe ao Município atuar apenas na educação infantil, prestada até os 5 anos de idade, por meio de creches e pré-escolas. A criança, pela idade, deve cursar o ensino fundamental, em instituição estadual de ensino.
B.	O requerimento deve ser deferido, ressalvando-se que a criança, por ser portadora de necessidades especial, necessita de atendimento educacional especializado, não podendo ser incluído na rede regular de ensino do Município X.
C.	O parecer deve ser favorável ao requerimento, garantindo à criança vaga na rede de ensino municipal, podendo alertar que a CF/1988 prevê a possibilidade de a autoridade competente ser responsabilizada pelo não oferecimento do ensino obrigatório ou mesmo pela sua oferta irregular.
D.	O parecer deve ser desfavorável ao requerimento, pois cabe privativamente à União, por meio do Ministério da Educação e Cultura (MEC), organizar e prestar educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade.
E.	Nenhuma das alternativas acima está correta.

27. Quanto ao princípio da publicidade, assinale a alternativa correta.	
A.	Determina que os atos administrativos recebam a mais ampla divulgação possível entre os administrados, que podem, assim, aquilatar a legalidade ou não dos atos e o grau de eficiência de que estão revestidos.
B.	Determina que a Administração Pública deve destinar igual tratamento aos administrados que e encontrem na mesma situação jurídica.
C.	Determina que as decisões do administrador sejam fundamentadas, quanto a fatos e direito.
D.	Se apresenta em duplo aspecto, um relativo ao modo de atuação do agente público, outro relativo ao modo de organizar, estruturar e disciplinar a Administração Pública.
E.	Nenhuma das alternativas acima está correta.

28. Dois Guardas Municipais, no regular exercício das funções, solicitaram verbalmente a um particular para retirar o veículo, que estava irregularmente estacionado sobre a calçada, em uma zona comercial, impedindo a circulação de pedestres. Ante a negativa de retirada do veículo, depois de seguir todas as formalidades, determinaram que o veículo fosse guinchado. O uso do guincho foi um meio de execução do ato administrativo, sem intervenção prévia do Poder Judiciário, que representa um atributo da:	
A.	exigibilidade do ato administrativo.
B.	presunção de legitimidade do ato administrativo.
C.	tipicidade do ato administrativo.
D.	autoexecutoriedade do ato administrativo.
E.	Nenhuma das alternativas acima está correta.

29. Uma empresa devedora de ISSQN, com execução fiscal ajuizada, ingressa em Juízo com pedido de recuperação judicial. O crédito tributário perseguido na execução fiscal:	
A.	garante ao Município a possibilidade de votar na assembleia de credores, em igualdade com os demais credores, assegurando, ainda, o direito de vetar o plano de recuperação, caso não assegurada a integral satisfação do crédito tributário.
B.	será habilitado no plano de recuperação judicial, com preferência em relação aos demais créditos, excetuados os credores trabalhistas.
C.	continuará sendo exigido na via executiva fiscal, inclusive com prática de atos constritivos, pois não está sujeito à recuperação judicial ou falência.
D.	continuará sendo exigido na via executiva fiscal, inclusive com prática de atos constritivos, mas estará sujeito ao concurso de credores caso a recuperação judicial seja convolada em falência.
E.	Nenhuma das alternativas acima está correta.

30. Em relação a remessa necessária, assinale a alternativa correta.	
A.	Estão excluídas das hipóteses de remessa necessária as fundações de direito público.
B.	Decisão de parcial procedência de embargos à execução fiscal, por ser parcial apenas, não autoriza a remessa necessária.
C.	Se houver súmula administrativa do próprio ente público em relação ao qual é proferida a sentença, fica afastada a necessidade de remessa necessária.
D.	Em sede de remessa necessário não se admite incidente de assunção de competência.
E.	Nenhuma das alternativas acima está correta.

31. O candidato A, que conta 60 anos de idade, se inscreveu em concurso público para o cargo de Guarda Municipal do Município X. A inscrição foi negada com base no edital, que reproduz a Lei Y, do Município X, que estabelece que o candidato ao cargo de Guarda Município deve, no momento da inscrição, ter entre 18 e 32 anos. Ante a situação, assinale a alternativa correta.	
A.	Foi violado ao princípio da razoabilidade, pois atividades inerentes ao cargo a ser ocupado não justificam adoção do critério etário como requisito para inscrição no concurso público que visa ao seu provimento.
B.	Não foi violado o princípio da igualdade, pois o sistema jurídico pátrio concede aos administradores públicos poder discricionário para definir, via edital e independentemente de lei, limites etários para a participação em concursos.
C.	Foi violado o princípio da igualdade, pois o sistema jurídico pátrio veda, em caráter absoluto, que a lei estabeleça requisitos de ordem etária para o provimento de cargos públicos
D.	Não foi violado o princípio da igualdade, pois o sistema jurídico pátrio permite que lei estabeleça limite de idade para inscrição em concurso público, quando a medida se justifica na natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.
E.	Nenhuma das alternativas acima está correta.

32. O município A requereu ao órgão competente do Município X licença ambiental para edificar um posto de revenda de combustíveis e lubrificantes. A licença foi concedida e o empreendimento foi construído. Para tanto, houve necessidade de desmate de área de Mata Atlântica. Dado o dano ao meio ambiente, o Município X impôs multa administrativo-ambiental ao município A. Ante a situação, assinale a alternativa correta.	
A.	A licença foi concedida regularmente, havendo, assim, exclusão da responsabilidade pelo rompimento do nexo causal por fato de terceiro.
B.	A responsabilidade ambiental é objetiva, de modo que a multa deve ser aplicada ao município A e ao agente público conessor da licença.
C.	A multa deve ser imposta ao agente público conessor da licença, dada a concessão de permissão de edificar em área de Mata Atlântica.
D.	A multa foi corretamente aplicada, pois em matéria de responsabilidade ambiental aplica-se a teoria do risco integral.
E.	Nenhuma das alternativas acima está correta.

33. Sobre os princípios fundamentais do direito ambiental, assinale a alternativa correta.	
A.	Compete ao Poder Público, com exclusividade, o dever de defender e preservar o meio ambiente, para as presentes e futuras gerações, sendo este o corolário do princípio da solidariedade.
B.	A natureza pública da proteção ambiental, por tratar-se de princípio, impõe ao estado o esforço para alcançar equilíbrio dinâmico dos sistemas socioambientais para não vulnerar a função social da empresa.
C.	Estabelecimentos empresariais que destinem áreas exclusivas para tabagistas devem informar aos frequentadores de forma clara, para viabilizar o consentimento, derivando tal obrigação do princípio da função socioambiental da propriedade.
D.	A imposição do dever de prevenir que ocorram danos ambientais e de repará-los quando decorrem da conduta do agente, de modo a impedir a socialização dos ônus e a privatização dos bônus da atividade econômica desenvolvida, decorre do princípio do poluidor-pagador.
E.	Nenhuma das alternativas acima está correta.

34. Nos municípios, o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) é estruturado por:	
A.	órgãos ou entidades locais, responsáveis por controlar e fiscalizar atividades ambientais capazes de provocar degradação ambiental, nas suas respectivas jurisdições.
B.	órgão superior: com a função de assessorar a formulação das diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais.
C.	órgão central, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.
D.	órgãos seccionais: responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental.
E.	Nenhuma das alternativas acima está correta.

35. Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. Ante a definição posta, assinale a alternativa correta.	
A.	A lei é a principal fonte da obrigação de recolher tributos, mas os municípios podem criá-los por meio de decreto-lei.
B.	A compulsoriedade é a principal característica do dever de pagar os tributos. Não é ato consensual, nem facultativo, mas sim uma imposição unilateral decorrente do poder atribuído ao Estado.
C.	Tributos não podem ser utilizados como punição ao contribuinte em decorrência da prática de conduta ilícita, exceto em casos de violação ao dever de manutenção do uso do solo em propriedade urbana.
D.	Atividade administrativa vinculada é o ato administrativo que permite a relação entre fiscalização e contribuinte, ensejando transação extrajudicial.
E.	Nenhuma das alternativas acima está correta.

36. Os impostos de competência dos municípios são:	
A.	o ISSQN, o IPTU e o ITBI,
B.	o IPI, o IPTU e o ITBI.
C.	o ICMS, o ITBI e o IPTU.
D.	O ISSQN, o IPTU e o ITCMD.
E.	Nenhuma das alternativas acima está correta.

37. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e no que se refere a medidas que visam assegurar transparência dos gastos públicos, assinale a alternativa correta.	
A.	Divulgação mediante solicitação do(s) interessado(s), ao final de cada exercício financeiro, de informações pormenorizadas sobre a execução do orçamento, através de publicação em jornais escritos de circulação local.
B.	Incentivo da participação popular durante a elaboração e discussão dos planos da lei de diretrizes orçamentárias e dos orçamentos.
C.	Ampla divulgação todos os meios de comunicação, de planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentários, ressalvadas as emendas de relator.
D.	Adoção, pelos municípios, de sistema integrado de administração financeira e contabilidade que atenda ao padrão de qualidade estabelecido pelos Estados Membros.
E.	Nenhuma das alternativas acima está correta.

38. Em 2017 o munícipe A celebrou negócio jurídico com o munícipe B, entregando para uso do munícipe B um imóvel residencial, tendo como contraprestação o pagamento mensal de R\$ 3.000,00, em dinheiro. Tencionando sonegar a tributação, o munícipe A intitulou o instrumento particular como contrato de comodato e anotou, no corpo do instrumento, que o pagamento da contraprestação dava-se a título de auxílio de curso. Ante a situação, assinale a alternativa correta.	
A.	O negócio jurídico é anulável, pois firmado em fraude contra credores.
B.	Eventual pretensão de anulação do negócio jurídico está prescrita, uma vez que a prescrição relativa à locação de imóvel urbano é de 3 anos.
C.	O negócio jurídico não poderá ser anulado por iniciativa do munícipe B, pois, passados 4 anos, operou-se a decadência.
D.	O contrato de comodato é nulo, dada a simulação, mas subsiste a locação que se dissimulou.
E.	Nenhuma das alternativas acima está correta.

39. Uma fábrica despejou toneladas de resíduos em um rio que corta diversos municípios do Estado Y, reduzindo sensivelmente a flora às margens do rio. Ante a situação, assinale a alternativa correta.	
A.	Cabe ação popular, a ser obrigatoriamente ajuizada pelo Ministério Público.
B.	Cabe ação civil pública, desde que ajuizada ao menos por um dos indivíduos afetados pelos danos.
C.	Considerada a natureza dos danos, não cabem ação popular ou ação civil pública.
D.	Cabe ação civil pública, cabendo ao Ministério Público figurar como fiscal da lei, caso não seja o autor da ação.
E.	Nenhuma das afirmativas acima está correta.

40. Em uma ação civil pública que tenha por objeto a imposição de obrigação de fazer, caso seja determinado o cumprimento da prestação de tal obrigação no prazo de 30 dias, sob pena de pagamento de multa diária para o caso de atraso no cumprimento, a multa será exigível:	
A.	se requerido pelo autor, em caso de não cumprimento da obrigação.
B.	depois de escoado o prazo concedido para o cumprimento da obrigação.
C.	depois de transitar em julgado a decisão favorável ao autor.
D.	A partir da citação do réu.
E.	Nenhuma das alternativas acima está correta.

Ficha de respostas para conferência (CONCURSO GUARATUBA – 16/10/2022)
 Acesse o Gabarito Provisório a partir de 17/10/2022

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40					